

# Novo hotel na Calheta vai avançar ainda este ano

A Câmara de Ponta Delgada anunciou que emitiu o alvará de licença de construção de um novo hotel na Calheta Pêro de Teive, com validade de 16 meses, após o pedido da sociedade Asta Atlântida.

Em comunicado, o município, liderado pelo social-democrata Nascimento Cabral, revela que “procedeu à emissão do alvará de licença” no “âmbito da operação urbanística de construção de uma unidade hoteleira na Calheta Pêro de Teive, após receber todos os documentos legalmente exigidos”.

O alvará, com uma validade de 16 meses, foi apresentado pela ASTA Atlântida - Sociedade de Turismo e Animação SA, num processo aprovado a 31 de Agosto de 2020, acrescenta.

A 30 de Agosto, fonte da empresa revelou que a Asta Atlântida pretendia avançar com a construção de uma nova unidade hoteleira e com um espaço verde na zona da Calheta Pêro de Teive, em Ponta Delgada, “ainda



em 2022”.

A Asta dizia, então, que aguardava “a emissão do referido alvará por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada”.

A empresa acrescentava que as obras iam começar ainda em 2022, “em data a definir após a emissão do referido alvará”.

A 1 de Setembro, o Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral, disse que a licença de construção de um novo hotel na Calheta Pêro de Teive iria ser emitida o “mais tardar” dentro de 15 dias.

Nascimento Cabral lembrou que o “projecto já estava aprovado” pelo anterior Executivo camarário, não existindo, “do ponto vista legal”, “algo que se possa alterar” na obra.

O processo arrasta-se desde 2008, altura em que foi anunciado um novo espaço comercial na marginal de Ponta Delgada, a cargo da Asta Atlântida, agora detida pelo fundo Discovery, mas que nunca foi terminado.

Em 2016, o mesmo fundo apresentou uma “mudança radical” para as inacabadas galerias comerciais, que passava por demolições e redução de volumetrias, aproveitando o espaço para a criação de uma unidade hoteleira e de um jardim público.

O processo de reformulação do projecto de arquitectura só foi inicia-

do em 2018.

Em 2021, a autarquia, liderada então pela social-democrata Maria José Duarte, intimou a Asta Atlântida a promover a demolição da obra inacabada das galerias comerciais da Calheta Pêro de Teive.

A demolição das galerias inacabadas permitiu derrubar “tudo o que está acima da cota zero, que é a laje por cima das garagens, excepto o edifício a poente”, esclareceu, na altura, o administrador da Asta Atlântida, José António Resendes.

Para aquele imóvel, do Governo Regional, previa-se um posto de turismo, indicou na ocasião o responsável.

A 16 de Dezembro de 2021, a Câmara Municipal de Ponta Delgada ordenou que a demolição parcial das Galerias da Calheta Pêro de Teive se iniciasse no prazo de um mês.

Passada uma semana, a 22 de Dezembro, a autarquia informou que a empresa ia assumir a responsabilidade pela demolição da obra.

## Barata insiste na fusão do IAMA e IROA mas trabalhadores são contra

O líder e deputado da IL/Açores Nuno Barata afirmou que a fusão do IAMA e do IROA na Agriazores não coloca em causa os direitos adquiridos dos trabalhadores, mas estes manifestaram reservas neste capítulo.

Nuno Barata foi ao Matadouro de Ponta Delgada para esclarecer a sua proposta de extinguir o IAMA - Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas e o IROA - Instituto Regional de Ordenamento Agrário”, criando, em substituição, a Agriazores, uma sociedade anónima, mas acabou por ser confrontado com questões de dezenas de trabalhadores que se concentraram no local.

A conferência de imprensa pretendia, segundo a convocatória, “desmistificar alguma contra-informação dos sindicatos e alguns grupos de trabalhadores, bem como do Governo dos Açores e administrações do IAMA e IROA”.

O dirigente da IL/Açores considerou que a sua proposta de fusão do IAMA e IROA “não constitui um caminho para a privatização”, uma vez que se trata de uma “sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos”.

Nuno Barata salvaguardou que os trabalhadores do IAMA e do IROA “não perdem, qualquer tipo de regalia, bem pelo contrário, sai reforçada a possibilidade de negociarem essas suas regalias de forma efetiva”, algumas das quais “estão plasmadas nos seus contratos de trabalhadores em funções públicas mas, por via dos cortes, não são efetivas”.

O deputado exemplificou que os



trabalhadores da rede regional de abate, do IAMA, podem ir para a reforma os 55 anos, sendo que “ninguém perde esta regalia, havendo a vantagem em pertencer à sociedade anónima de capitais públicos porque podem, de facto, negociar com a entidade patronal sem cortes nos vencimentos”.

Nuno Barata referiu ainda que a manifestação ocorrida Terça-feira “não foi de trabalhadores mas de chefias que estão preocupadas com os seus lugares”.

Fábio Ferreira, trabalhador do IAMA há quinze anos, interrogou Nuno Barata sobre o estudo que esteve na origem da proposta da IL/Açores e manifestou-se contra uma eventual “privatização porque os trabalhadores temem perder direitos ad-

quiridos”.

Fábio Ferreira lamentou que “não tenha havido abertura nenhuma para falar com o sindicato”.

Délia Almeida, uma outra trabalhadora, com 30 anos de carreira, manifestou-se contra a “transformação de funcionários públicos [o seu estatuto actual] em anónimos, tendo lamentado que os trabalhadores não tenham sido ouvidos antes da preparação da proposta de diploma.

“Despartidarizar os cargos de nomeação, reduzir despesas em cargos de chefia, agilizar procedimentos no domínio do ordenamento do território e dos mercados agrícolas e compaginar as definições políticas aos tempos que correm”, são alguns dos objetivos enumerados na proposta da IL/Açores, que está em discussão no Parlamento dos Açores.

Em Setembro, os responsáveis pelo IAMA e pelo IROA manifestaram, na Comissão de Economia da Assembleia Regional, a sua discordância relativamente à fusão dos dois organismos, por entenderem que são instituições “distintas” e com tarefas “diferentes”.

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, anunciou na mesma Comissão Parlamentar que o Governo dos Açores está a preparar uma revisão orgânica dos serviços da Agricultura na Região, no sentido melhorar o seu desempenho.

O governante foi ouvido pelos deputados, a propósito da proposta da Iniciativa Liberal (IL), considerando a iniciativa “extemporânea”.

## Abertas as candidaturas para a Web Summit

Estão abertas, até 10 de Outubro, Segunda-feira, as candidaturas à participação de empresas e incubadoras dos Açores na edição de 2022 da Web Summit.

Este concurso tem por objectivo fomentar a internacionalização das empresas tecnológicas regionais e a exportação dos seus serviços, através da sua participação na edição de 2022 da conferência Web Summit.

Podem candidatar-se empresários em nome individual e sociedades, com sede ou estabelecimento estável na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvam a sua actividade em áreas ou sectores tecnológicos, nomeadamente actividades de programação informática; soluções baseadas na internet of things (IoT); edição de jogos de computador; realidade aumentada; soluções de e-commerce; software de controlo e gestão de processos de produção industrial; tecnologias machine-to-machine e human-to-machine e big data.

As candidaturas devem ser submetidas em formato electrónico, sob a forma de texto, com o limite de 1.200 palavras, para o endereço [drec@azores.gov.pt](mailto:drec@azores.gov.pt). Aos primeiros 20 classificados no concurso serão atribuídos ingressos para a edição de 2022 da Web Summit e um prémio pecuniário no valor de 500 euros por concorrente, destinado a participar os custos associados à participação. Para mais informações, Direcção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, telefone 209 309 100 e endereço de correio electrónico [drec@azores.gov.pt](mailto:drec@azores.gov.pt).